ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.13317

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

AGROECOLOGIA E COMUNAS DA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Agroecology and land communes in the metropolitan region of São Paulo

Agroecología y comunas de tierra en la región metropolitana de São Paulo

MARCELO GOMES JUSTO
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Resumo: O artigo[1] apresenta resultados de pesquisa cujo objetivo foi identificar e analisar a produção orgânica ou agroecologia nas Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. Além disso, busca-se contribuir geograficamente com o debate teórico sobre agroecologia, como um sistema alimentar alternativo ao agronegócio ao somar a presença dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Parte-se da história das Comunas na RMSP no contexto da estratégia agroecológica do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). É interpretada a escala regional comparando as Comunas com os dados da produção orgânica na RMSP. No nível local, são apresentados e analisados os dados do trabalho de campo. Em termos quantitativos, a produção e circulação de produtos agroecológicos é relativamente pequena; porém, a conquista de assentamentos pelo MST na RMSP marcou qualitativamente o cenário da agroecologia na região. Em termos conceituais, a produção seria definida como em transição agroecológica.

Palavras-chave: agroecologia; Comunas da Terra; movimentos socioespaciais e socioterritoriais; Região Metropolitana de São Paulo - RMSP

Abstract: The article presents research results whose objective was to identify and analyze organic production or agroecology in the Communes of the Land in the Metropolitan Region of São Paulo - MRSP. In addition, it seeks to contribute geographically to the academic debate on agroecology as an alternative food system to agribusiness by adding the presence of socio-spatial and socio-territorial movements. It is based on the history of the Communes in the MRSP in the context of the agroecological strategy of the MST (Movement of Landless Rural Workers). The regional scale is interpreted by comparing the Communes with the organic production data in the MRSP. At the local level, the data from the field work are presented and analyzed. In quantitative terms, the production and circulation of agroecological products is relatively small; however, the conquest of settlements by the MST in the MRSP qualitatively marked the agroecology scenario in the region. In conceptual terms, the production would be defined as in agroecological transition.

Keywords: agroecology; Commune of the Land; socio-spatial and socio-territorial movements; Metropolitan Region of Sao Paulo

Resumen: El artículo presenta resultados de investigación cuyo objetivo fue identificar y analizar la producción orgánica o agroecológica en las Comunas de la Tierra en la Región Metropolitana de Sao Paulo - RMSP. Además, busca contribuir geográficamente al debate teórico sobre agroecología como sistema alimentario alternativo a la agroindustria añadiendo la presencia de movimientos socioespaciales y socio-territoriales. Parte-se da historia de las Comunas en el RMSP en el contexto de la estrategia agroecológica del MST (Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra). Se interpreta la escala regional comparando las Comunas con los datos de producción orgánica en el RMSP. A nivel local, se presentan y analizan los datos del trabajo de campo. En términos cuantitativos, la producción y circulación de productos agroecológicos es relativamente pequeña; sin embargo, la conquista de asentamientos por el MST en el RMSP marcó cualitativamente el escenario

1 Este artigo é resultado parcial de pesquisa de pós-doutorado intitulada Agroecologia e Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL/IPPRI/Unesp, sob supervisão do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, entre 2017 e 2020. Outro resultado da referida pesquisa consta em: Autor (2020). A pesquisa contou com apoio do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - INTERSSAN convênio UNESP/MCTIC nº 14/2015.

de agroecología en la región. En términos conceptuales, la producción se definiría como en transición agroecológica.

Palabras clave: agroecología; Comunas de la Tierra; movimientos socioespaciales y socio-territoriales; Región Metropolitana de Sao Paulo - RMSP

INTRODUÇÃO

A soberania e a segurança alimentar e nutricional atualizam a questão agrária no Brasil e a conectam à questão urbana. As concentrações populacionais em metrópoles demandam imensa produção de alimentos, a ponto de cientistas de diferentes áreas e de distintas concepções teóricas afirmarem que a produção agrícola capitalista (baseada em grandes monoculturas e com intensivo uso de agrotóxicos), seria o único modo de garantir a segurança alimentar. No entanto, há consistente produção na geografia comprovando os problemas e impactos socioambientais do modo de produção capitalista na agricultura (Porto-Gonçalves, 2018), das consequências dos usos dos agrotóxicos (Bombardi, 2017), assim como, estudos da área de saúde relacionando segurança alimentar e agroecologia e analisando as doenças ligadas aos usos dos agroquímicos (Schutter, 2012; Carneiro *et al*, 2015).

À medida que, a maioria dos cidadãos das metrópoles passar a reivindicar uma alimentação saudável como parte do direito à cidade, o sistema alimentar agroecológico poderá ser dominante. Porém, a complexidade do problema da soberania alimentar envolve políticas públicas e financiamentos para agricultura familiar-camponesa agroecológica, mudanças de costumes e hábitos alimentares, que se associa a mais informações nutricionais, e enfrentamento da concentração de poder das corporações transnacionais que controlam da produção de sementes e de agrotóxicos à industrialização e distribuição de alimentos.

Trata-se, portanto, da ampliação dos territórios e redes, ou, das articulações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 2005) da agroecologia para a difusão de hábitos alimentares baseados na agrobiodiversidade e da conquista de terras e de políticas para camponeses. A produção agroecológica, como várias iniciativas em escala locais, poderá alçar ao lugar de um bem comum (Harvey, 2014) da referida região metropolitana?

Na ordenação do artigo, apresenta-se o histórico da proposta das Comunas da Terra no contexto da agroecologia como estratégia do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). A proposta das Comunas da Terra consiste em assentamentos de reforma agrária em regiões metropolitanas, com lotes relativamente pequenos para moradia e trabalho, áreas de produção coletiva de alimentos para as grandes cidades, com características rurais e urbanas e produção com práticas agroecológicas e de cooperação (MATHEUS, 2003). Posteriormente, busca-se contribuir com o debate conceitual sobre agroecologia sintetizando-o, conectando algumas características e acrescentando a perspectiva dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 2005).

A reflexão teórica permite, deste modo, analisar os dados empíricos das Comunas da Terra da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Os dados das Comunas são comparados com o contexto da produção orgânica na RMSP. Com o foco no nível local e empírico, o próximo ponto é identificar e analisar a produção agroecológica em três Comunas da Terra.

O objeto empírico da pesquisa são as experiências de produção orgânica e agroecológicas nas Comunas da Terra da RMSP, que são: em Cajamar, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) São Luís, conhecida como Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga, criado em 2006, numa área de 121 ha e com 29 famílias; em Franco da Rocha, o Projeto de Assentamento São Roque, Comuna da Terra Dom Tomás Balduíno, criado em 2006, numa área de 538,7 ha e com 61 famílias, e o acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, no bairro de Perus, município de São Paulo, num terreno de 117 ha pertencente à Sabesp, ainda não desapropriado.

Os métodos de pesquisa foram entrevistas semiestruturadas, observação participante da produção agrícola e levantamento de dados secundários principalmente no censo agropecuário (IBGE, 2006) e no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura (MAPA, 2018). Entre março e setembro de 2018, foram entrevistadas 27 famílias, sendo 7 na Irmã Alberta, 12 na Dom Tomás e 8 na Dom Pedro[2].

História das Comunas da Terra: agroecologia nas metrópoles

O MST incorporou a agroecologia a sua bandeira por reforma agrária a partir do início dos anos 2000 (Stedile, 2002; Desmarais, 2013). Segundo Loureiro (2016), foi uma nova uma nova estratégia de luta do MST contra o agronegócio e pela reforma agrária popular. Consonantemente, nessa mesma época, surgiram as Comunas da Terra.

Segundo Goldfarb (2007), as áreas desapropriadas das Comunas são entre 100 e 800 ha e as áreas no interior normalmente têm mais 1000 há. Os lotes individuais têm entre 1 e 10 ha, enquanto, a média fora dos centros urbanos é de 16 ha. As famílias podem ter, além da área individual, uma área de uso comum. A novidade, era o trabalho de base do MST, ao final dos anos 1990, com pessoas que viviam nos centros urbanos de São Paulo, Campinas e Sorocaba e que tiveram alguma ligação com a terra.

Cronologicamente, Goldfarb (2007) e Raggi (2014) relatam uma sequência de ocupações que originaram as três comunas. Em setembro de 2001, foi realizada a primeira ocupação na RMSP, em Arujá, com 370 famílias, organizadas inicialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), originado como um braço urbano do MST. Posteriormente, a ocupação passou para a coordenação do MST, visando um assentamento com características rurais e urbanas, chamado de rururbano.

2 Por questão de ética científica, a pesquisa contou com a concordância da coordenação da Grande São Paulo do MST, que auxiliou no contato com os moradores das Comunas. No trabalho de campo, foram explicados os objetivos da pesquisa e os entrevistados foram consultados sobre a concordância em participar da mesma.

Dois meses depois, com a reintegração de posse, muitos desistiram e cerca de 150 famílias ocuparam a fazenda São Roque, em Franco da Rocha, em 28 de novembro de 2001, dando origem ao acampamento Dom Tomás Balduíno. Em 2002, essa nova forma de ocupação ganhou o nome de Comuna da Terra. Naquele mesmo ano, conseguiram o assentamento de até 76 famílias. Em março de 2002, o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) avaliou positivamente a criação do assentamento na Fazenda São Roque, mas o processo durou meses. Um grupo de 125 famílias ocupou novamente a propriedade. Em julho de 2002, o Estado abriu processo para o assentamento e o ITESP avaliou a capacidade da área para somente 61 famílias. Cada família obteve um lote entre 0,8 e 1,2 ha para moradia e cultivos, além do direito a outra área de trabalho com 1 ha, que não foi demarcada. A construção das moradias foi iniciada em 2016.

Em 20 de julho de 2002, a fazenda Itahyê, no distrito de Perus, São Paulo capital, foi ocupada por 200 famílias e recebeu o nome de Comuna da Terra Irmã Alberta. No ano seguinte, chegaram mais 400 famílias para acampar. Após anos sem a desapropriação, a partir de 2013, trinta e sete famílias organizadas junto com coordenadores do MST realizaram a divisão de lotes ficando cada uma com 0,5 ha para moradia e plantio (ALMEIDA, 2013). Ainda não houve a desapropriação da área.

Em 2003, houve a ocupação da chácara Maria Trindade, vizinha à Comuna Irmã Alberta, por 40 famílias, dando origem à Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga. Em abril de 2004, a fazenda Mian, em Pirapora do Bom Jesus, foi ocupada por 80 famílias, formando a Comuna Camilo Torres. Logo, veio a reintegração de posse destas duas; então, os dois grupos se reuniram e 60 famílias ocuparam a fazenda São Luís, em Cajamar, em 5 de junho de 2004, mantendo o nome de Comuna Dom Pedro. Após 9 despejos, a fazenda São Luís foi desapropriada, em 2006, formando a Comuna da Terra Dom Pedro. O PDS São Luiz, nome oficial, foi criado por portaria do INCRA em 27 de julho de 2006, com área total de 123,07 ha e, com capacidade para 32 famílias (moram 29), no município de Cajamar. Não houve ainda a desapropriação de 100 ha em área de preservação, devido a um impasse jurídico (FAGGIN, 2009). Então, as famílias estão sem as áreas de trabalho e possuem somente 0,5 ha cada para moradia e trabalho.

Depois de criadas as três Comunas, o MST desenvolveu trabalho de formação com todas as famílias em produção agroecológica de uva, mel e de horticultura (FAGGIN, 2009). Sobre a agroecologia, houve trabalho de assessoria de uma organização não governamental com os moradores do acampamento Irmão Alberta em 2004, como aponta Lozano (2009). Em 2009, três famílias entrevistadas pela autora estavam produzindo coletivamente com base agroecológica e fazendo horta em formato de mandalas, que permitem agrobiodiversidade. Naquele mesmo ano, alguns moradores das três Comunas fizeram curso sobre agroecologia com a entidade parceira do MST, o Centro de Educação, Estudos e Pesquisas – CEEP, ocorrido na escola do Movimento em Jarinu (Lozano, 2009).

Na Comuna Dom Tomás, a autora apontou que a adesão às práticas agroecológicas seria em torno de metade. Muitos moradores reclamaram da assistência técnica da Emater (Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural) por seguir a agricultura

convencional. A autora constatou que a Comuna Irmã Alberta se encontraria em estágio mais avançado em relação à agroecologia do que a Dom Tomás (Lozano, 2009).

Durante meu trabalho de campo nas Comunas, foram observadas algumas questões complexas como moradores sozinhos em lotes que aparentemente seriam menos trabalhados do que os outros, conflitos entre vizinhos e discriminação sofrida por vícios e/ou por ter sido morador de rua, que indiretamente afetam o coletivo de produção, mas que fogem do escopo da atual pesquisa[3].

Agroecologia e movimentos socioespaciais e socioterritoriais[4]

A produção orgânica no Brasil é definida e regulada pela lei federal nº. 10.831/2003 (BRASIL, 2003). Segundo ela, o sistema orgânico abrange as produções denominadas de ecológica, biodinâmica, agroecológica, permacultura e outras. Diferentemente da lei, a agroecologia é entendida aqui, não como parte da produção orgânica, mas como algo que a ultrapassa por envolver articulações sociais e políticas voltadas para uma agricultura que supere a industrial capitalista. Assim, a definição de agroecologia merece aprofundamento a seguir.

É ponto pacífico entre os teóricos que a agroecologia é tanto um conjunto de práticas quanto uma ciência. Um dos fundadores desse campo científico, Altieri (2012) coloca como pilar da agroecologia a base ecológica para o estudo e o tratamento de ecossistemas produtivos e preservadores dos recursos naturais, culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Ele define a ciência da agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, promovendo uma base ampla diante da complexidade (Altieri, 2012). Para ele e outros pesquisadores, a revolução verde – a produção em larga escala de monoculturas – levou à concentração de terras e promoveu problemas ambientais; então, a agroecologia surge como uma alternativa de desenvolvimento sustentável.

A preservação e a ampliação da biodiversidade são princípios para produzir a regulação e sustentabilidade. Assim, a biodiversidade promove benefícios como proteção do solo e das águas, constante produção de alimentos e o fechamento dos ciclos ecológicos de nutrientes (Altieri, 2012; Primavesi, 2016). Como prática, a agroecologia enfatiza os agrossistemas complexos cujas interações e sinergias biológicas promovem mecanismos para subsidiar a fertilidade do solo, a produtividade e a sanidade dos cultivos.

Altieri (2012) descreve algumas estratégias para promover a diversidade agrícola: rotação de culturas; policultivos/consórcios, cultivos de cobertura e integração animal no agroecossistema. Com base em Altieri (2012) e Primavesi (2016), é possível afirmar que, a agrobiodiversidade tem grande valor porque: a coexistência de várias espécies é benéfica e contribui para a sustentabilidade; o ecossistema tem maior resistência a

3 Para uma análise de tais questões, ver: Autor (2008).

4 Este tópico dialoga e aprofunda a discussão apresenta em outro artigo (Autor, 2020).

insetos herbívoros, porque há os inimigos naturais; gera diversidade de microclima que permite a presença espontânea de muitos organismos como predadores benéficos, parasitoides, polinizadores, fauna de solo e antagonistas, que são importantes para a totalidade do sistema; ajuda na biodiversidade do entorno; e, diminui o risco de prejuízo para o agricultores porque um produto pode compensar a falta de outros.

A biodiversidade está ligada às agriculturas locais dos camponeses, Altieri (2012) expõe razões para apoiar a agricultura familiar camponesa: ser a chave para a segurança alimentar mundial; ser mais produtiva e conservar os recursos naturais, em comparação às monoculturas; ser modelo de sustentabilidade; representar a agrobiodiversidade livre de organismos geneticamente modificados e resfriar o clima. Destaca-se dessas razões, o fato de as pequenas propriedades rurais serem mais produtivas do que as grandes ao considerarmos a produção total e não o rendimento de uma única cultura. Ou seja, uma grande propriedade pode produzir mais milho por hectare do que uma pequena, porém, nesta, o milho é só um elemento do consórcio com feijão, abóbora, batata, forrageiras etc. (Altieri, 2012). O autor destaca a importância do conhecimento local acumulado dos agricultores sobre os tipos de plantas e de solos.

Bartra (2011), ao analisar os contemporâneos movimentos camponeses no México, coloca como ponto central a diversidade: os camponeses vivem, se expressam e produzem das mais diferentes formas, de acordo com os contextos. Por isso, apesar do autor não tratar diretamente de agroecologia, seu trabalho é uma referência aqui por focar na relação entre diversidade cultural e diversidade de cultivos. Altieri (2012), também reconhece a relação entre o manejo da agrobiodiversidade com a diversidade cultural.

Outra questão é a agroecologia ser uma ciência que se alimenta de práticas e conhecimentos dos camponeses (Caporal; Costabeber, 2004; Altieri, 2012). Ao tratar do diálogo de saberes, Altieri explica que, durante séculos os camponeses desenvolveram sistemas agrícolas complexos e diversificados, que foram adaptados a cada condição local. É um conhecimento estratégico de minimizar riscos, de manter a produtividade estável, de promover uma dieta familiar diversificada e de gerar excedentes. Portanto, as diversidades de agriculturas tradicionais pelo mundo devem ser referências para a agroecologia e os aspectos científicos desta dialogam com aquele conhecimento camponês para, então, voltar-se para ele. Os camponeses possuem conhecimentos tradicionais sobre manejo da diversidade genética de seus cultivos (Altieri, 2012; Stedile, 2002). Complementando a questão, Guzmán (2013) mostra no campo científico hegemônico a ocultação ou silenciamento dos conhecimentos científicos alternativos. Segundo ele, trata-se das disputas no interior do campo das ciências entre os modelos dominantes, fechados em si mesmos, e os que ficam submergidos e que dialogam com outros conhecimentos.

As experiências relatadas no livro *Revolução Agroecológica* servem como exemplo da importância do camponês nesse processo, pois trata do método camponês a camponês introduzido em Cuba nos anos 1990, para começar uma produção diversificada de alimentos sem agrotóxicos para a transição da agroecologia. Em 1989, as terras agricultáveis em Cuba estavam assim distribuídas: 78% do Estado; 10% Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e 12%, das Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS).

A rápida recuperação econômica da produção agrícola foi sentida mais nos estabelecimentos de produtores camponeses das Cooperativas de Créditos e Serviços de modo mais lento e menos completa nas Cooperativas de Produção Agropecuária e pior nas empresas estatais. Umas das causas é que nas estatais e nas CPAs as brigadas eram remuneradas pelo trabalho sem haver maior vínculo com a terra, resultando em menor produtividade. No caso das CCS, como há o intenso vínculo do camponês com a terra e com os cultivos, aproximam-se mais dos princípios e práticas agroecológicas (Jaime *et al*, 2013).

Outra questão é a luta dos movimentos socioespaciais rurais para acabar com o complexo agroindustrial e fortalecer os sistemas locais agrícolas junto com a construção de alternativas agroecológicas (Altieri, 2012; Desmarais, 2013). São lutas dos camponeses, que se estendem a toda população de baixa renda, em oposição ao controle pelas corporações da produção e consumo de alimentos. Sobre essa questão, a discussão sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais vem complementar.

Nessa perspectiva, Altieri e Holt-Gimenez (2016) mostram que, a revolução verde, concebida nos países do que metaforicamente chamam de Norte Global, ao se espalhar para os do Sul provocou uma desconexão política, porque expropriou as agriculturas camponesas, que, dentro do possível, resistiram. A agroecologia, tem origem nas lutas sociais agrárias na América Latina, é uma ciência aplicada no contexto de desafio às relações capitalistas de produção e é aliada dos movimentos sociais agrários. No entanto, assim como a expansão da revolução verde, a ampliação da agroecologia da América Latina para o Norte Global encontra uma desconexão política. A dimensão política da agroecologia é problemática de ser aplicada no Norte, pois desafia as causas das crises da agricultura industrial e do meio ambiente, o capitalismo em si. Segundo os autores, a agroecologia – como contra movimento à revolução verde – está num impasse: lutando contra a cooptação, subordinação e revisão que apagam sua história e retiram seu conteúdo político. Se despolitizado, o termo fica sem sentido. Então, concluem que, os agroecologistas podem construir alianças estratégicas com as lutas radicais por soberania alimentar para aumentar suas forças e conseguir transformar nosso atual sistema alimentar (Altieri; Holt-Gimenez, 2016).

Em consonância, Giraldo e Rosset (2017) analisam o presente dilema para os agroecologistas: deixarem-se ser cooptados e capturados ou tirarem vantagem da abertura das oportunidades políticas para potencializar a transformação do modelo existente. A questão é, se a agroecologia vai ser despida de tudo menos o conteúdo técnico e, assim, ser deixada como um conceito vazio que pode significar qualquer coisa, como aconteceu anteriormente com o termo desenvolvimento sustentável. Em suma, haveria dois lados em disputa: governos, agências internacionais e empresas privadas, de um, e, de outro, movimentos sociais, camponeses e aliados acadêmicos. Exemplificando, comparam o Simpósio da FAO, de 2014, com o Fórum Internacional de Agroecologia, em Nyéléni, no Mali em 2015, organizado pelo Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar.

São dois modos radicalmente diferentes de conceber a agroecologia: um que é técnico e tecnocêntrico, cientificista e institucional e outro que é a agroecologia do povo. Trata-se de "colocar o controle de sementes, biodiversidade, terra e territórios, água, conhecimento, cultura e os comuns na mão do povo que alimenta o mundo", como postula a Via Campesina, enfatizam (Giraldo; Rosset, 2017, p. 4).

As questões se desdobram na ação dos movimentos socioespaciais relacionados à luta por soberania alimentar. McMichael (2016), ao caracterizar o atual regime alimentar global controlado pelas corporações, coloca a soberania alimentar e a ecologia como aspectos contemporâneos da questão agrária clássica. Em diálogo, temos os trabalhos de Desmarais (2013) e de Wittman (2015), em que, Desmarais (2013), em seu estudo sobre a formação da Via Campesina, um movimento mundial do campesinato, mostra como esta organização pautou a soberania alimentar no debate sobre a agricultura. Para a Via Campesina (Desmarais, 2013), soberania alimentar é o direito dos povos definirem sua política agrícola e alimentar, distinguindo-a da noção de segurança alimentar. Entre muitas contribuições, a autora busca questionar a noção de desenvolvimento mostrando que a Via Campesina colocou a soberania alimentar, para se contrapor ao recorrente fracasso do desenvolvimento em resolver os problemas de pobreza e da fome (Desmarais, 2013).

Por outro lado, para Wittman (2015), há uma demanda por políticas institucionais promovida pelos movimentos sociais da soberania alimentar em resposta à insegurança alimentar e à degradação ambiental. A demanda é por um papel ativo do Estado nas políticas de desenvolvimento para garantir as necessidades dos pequenos agricultores. São iniciativas diversas que incluem reforma agrária, segurança alimentar etc., que recaem sob a noção de *food system localization* (localização do sistema alimentar). A abordagem da localização do sistema alimentar tem como desafios as questões sobre o papel dos mercados e negócios alimentares locais e globais e as escalas em que a soberania alimentar ocorre (Wittman, 2015).

Em síntese, há um conjunto de seis questões envolvidas com a conceituação de agroecologia. São elas: **1)** pilares na: ecologia, preservação ambiental, sustentabilidade e nas dimensões cultural, social e econômica; trata-se de ecossistemas produtivos e preservadores dos recursos naturais, culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis; **2)** promoção da agrobiodiversidade, sendo o campesinato símbolo da diversidade cultural e da biodiversidade; **3)** práticas exclusivas da agricultura familiar camponesa; **4)** diálogo de saberes entre conhecimentos científicos e conhecimentos locais camponeses e indígenas; **5)** lutas políticas contra a cooptação do discurso da agroecologia pela agricultura industrial capitalista; e **6)** ação conjunta com movimentos socioespaciais pela soberania alimentar e de defesa da agroecologia como garantia desta.

O agrupamento das seis questões mostra um encadeamento entre elas, de modo que, apenas uma não é suficiente para definir a agroecologia. Nota-se um sistema, no sentido em que, cada parte afeta o todo. Elas representam uma síntese dos potenciais envolvidos na construção da agroecologia como sistema alimentar a superar a revolução verde. A partir dessa síntese, destaca-se a contribuição geográfica ao debate porque as categorias de

movimentos socioespaciais e socioterritoriais podem conectar as questões; como a presença de camponeses é central, pode-se colocar a agroecologia no campo dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como conceituados por Fernandes (2005). Assim, a busca de Fernandes (2005) é do estudo dos movimentos sociais enquanto produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios. Ou seja, é o estudo do espaço e do território em movimentos. Segundo ele, a construção do espaço acorre pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos. Assim, alguns movimentos transformam espaço em território em processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e carregam suas territorialidades. "A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios" (Fernandes, 2005, p. 30). Todos os movimentos são socioespaciais, porém, para alguns a disputa pelo território é essencial, destaca o autor. Os artigos de Giraldo e Rosset (2017) e de Loureiro (2016), mostram aproximação com essa discussão ao colocar a disputa política pela agroecologia como uma disputa territorial.

Por fim, os estudos apontam que uma parcela muito pequena da produção agrícola é orgânica e/ou em transição agroecológica, cerca de apenas 1% do total é a estimativa (Primavesi, 2016). Então, há o desafio tanto da disputa das ideias quanto das práticas agrícolas. Em números relativos e absolutos, as Comunas da Terra aumentam a presença do campesinato e da agroecologia na RMSP.

A produção orgânica na RMSP e o contexto das Comunas da Terra

Para contextualizar as Comunas da Terra, vamos apresentar o cenário da produção orgânica na RMSP com base nos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do Ministério de Agricultura (CNPO), de 2018. Ver, mais a frente, na figura 1, um mapa com número de pessoas cadastradas como produtor orgânico por município da RMSP. Em termos absolutos e relativos – comparado aos números de estabelecimentos da agricultura familiar camponesa (IBGE, 2006[5]) –, os números de estabelecimentos com produtos orgânicos são pequenos. No entanto, ao observar a configuração espacial na região, destaca-se a presença das Comunas.

Segundo os dados censitários por municípios, a RMSP contém ao todo 2.756 estabelecimentos de agricultura familiar camponesa[6], com uma área total de 12.629 ha, e 1.368 estabelecimentos da agricultura não familiar ou patronal (capitalista)[7], que ocupam

5 Trabalhou-se com o censo agropecuário de 2006, porque os dados do de 2017 não apresentam a comparação entre "agricultura familiar" e "agricultura não-familiar".

6 Optou-se por usar a terminologia "agricultura familiar camponesa" para se referir às produções camponesas (Bartra, 2011) e à "agricultura familiar", sendo esta categoria usada em todas as políticas públicas desde o Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), de 1996, até o presente. Há um longo debate acadêmico sobre os conceitos de camponês e de agricultor familiar que não cabe aqui.

7 A terminologia "agricultura não-familiar" é a usada nos dados do IBGE. Trata-se da agricultura patronal ou capitalista. Ver a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura capitalista em: Ploeg (2016).

100.442 ha (IBGE, 2006). Os municípios com os maiores números de estabelecimentos e de áreas são, em ordem decrescente: Mogi das Cruzes, Salesópolis, Suzano e Biritiba-Mirim, que são os principais produtores agrícolas e fornecedores da RMSP. Em quinto lugar, está a cidade de São Paulo, com 130 estabelecimentos da agricultura familiar, ocupando 556 ha e 63 da agricultura capitalista com 7.443 ha. Em Cajamar, constam 11 estabelecimentos da agricultura familiar em 38 ha e 21 da patronal em 5.501 ha. Em Franco da Rocha, tinha 13 estabelecimentos da agricultura familiar em 73 ha e 15 da patronal em 852 ha. Esses números não refletem a presença dos estabelecimentos das Comunas Dom Pedro e Dom Tomás.

Na sistematização dos dados do CNPO (MAPA, 2018), optou-se por separar entre produtores com certificados (mediante pagamentos a entidades certificadoras) e aqueles com Organização de Controle Social ou Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OCS/OPAC)[8], numa tentativa de distinguir agricultura camponesa e capitalista, mesmo sabendo que há uma interface em que alguns pequenos agricultores têm certificados, possuem algum grau de processamento de produtos e que existem pequenas empresas de caráter familiar[9]. Nos 39 municípios da RMSP, havia 235 produtores orgânicos cadastrados, sendo 91 certificados e 144 OCS/OPAC. Corresponde a menos de 10% dos 2.756 estabelecimentos agrícolas da RMSP. Na figura 1, a seguir, estão separados por municípios, os registros por certificados de empresas pagas (em cor verde) e aqueles obtidos de modo participativo como OCS/OPAC (em cor laranja). Os números no interior do círculo são a quantidade de pessoas com certificados ou com reconhecimento pelo modo participativo.

No mapa, é possível identificar a presença da agricultura orgânica distribuída por quase toda a RMSP. Porém, na maioria dos municípios têm uma unidade e pode chegar a três. As exceções são: São Paulo, Cajamar, Franco da Rocha, Mogi das Cruzes, Suzano, Salesópolis e Cotia.

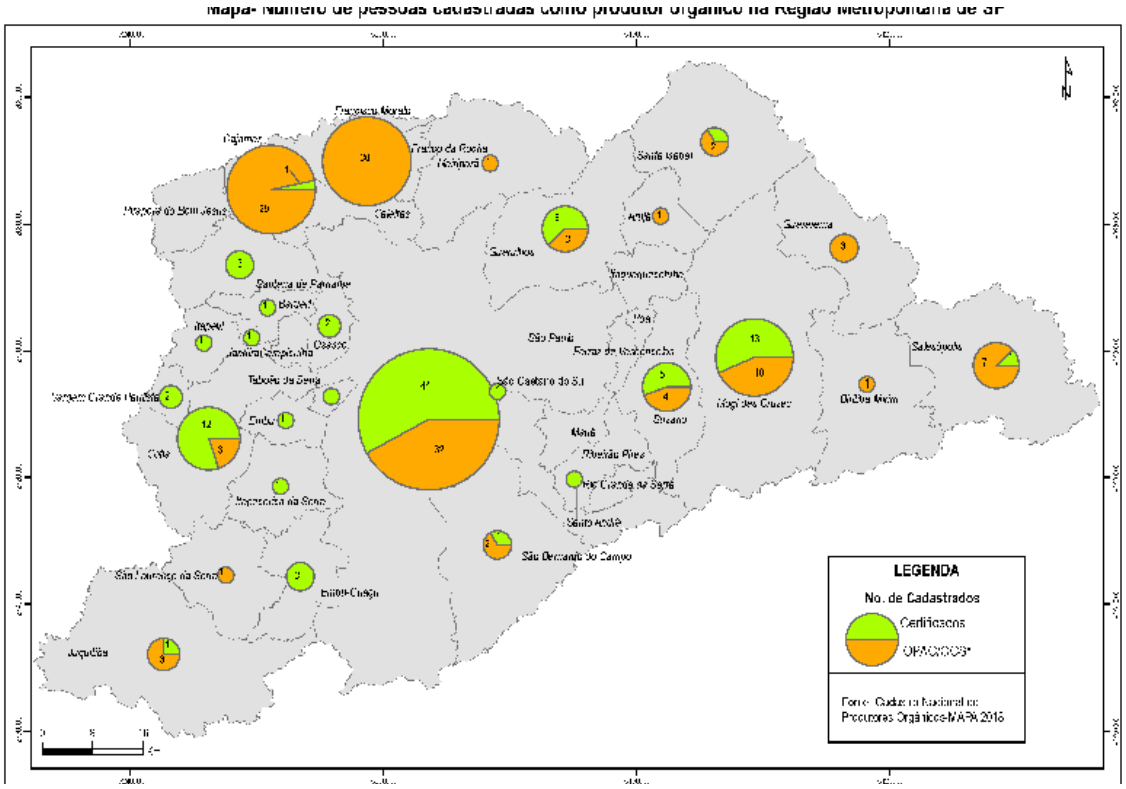
Destaca-se que as Comunas da Terra Dom Tomás, em Franco da Rocha, e Dom Pedro, em Cajamar, possuem o segundo maior número de produtores orgânicos cadastrados tipo OCS/OPAC na RMSP, com quase o mesmo número da cidade de São Paulo. Isto, se deve às conquistas da terra e aos incentivos do MST para esse sistema alimentar. A ação política que resultou nas Comunas da Terra imprimiu a marca da agroecologia na região, em termos relativos.

O termo usado nos planos agrícolas e pecuários do governo federal é agricultura empresarial.

8 Segundo normas do MAPA, há dois caminhos para a certificação orgânica: 1) obter certificado mediante pagamento a Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado no Ministério, assim, os produtos vão ter um selo de orgânico e poderão ser comercializados livremente; 2) organizar-se como grupo e cadastrar-se no Ministério para venda sem certificação. Sem certificado, não pode vender livremente, só na feira (ou direto ao consumidor) e para a compra pelo governo. Por esse segundo caminho, é possível ligar-se a um Sistema Participativo de Garantia – SPG, sob o controle participativo de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC. Para venda direta ou institucional, os agricultores podem formar um Organização de Controle Social – OCS.

9 No CNPO (Mapa, 2018) não consta o tamanho dos estabelecimentos para, assim, poder identificar a agricultura camponesa ou a empresarial.

Figura 1 – Mapa com número de pessoas cadastradas como produtor orgânico por município da RMSP



Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração: Marcia Arteaga.

São Paulo está em quinto lugar na região em relação ao número e área dos estabelecimentos agrícolas, porém, contém o maior número de registro da RMSP de produtores orgânicos. Esses números explicitam a ambivalência no termo orgânico, usado tanto pela agricultura familiar camponesa quanto pelas empresas alimentícias, tanto de pequeno porte (embalagem de alimentos *in natura*) quanto grande indústria. Como a presença de certificadoras é maior do que de registro de OCS/OPAC e dentre elas há as indústrias alimentícias (como chocolate, café, barra de cereais e comidas para bebês), confirma-se como estas se apropriaram do termo orgânico como negócio. Nesse caso, é um alimento orgânico e pode ser ultraprocessado.

Como a cidade de Mogi das Cruzes é, destacadamente, a maior produtora agrícola da Região era esperado ter um número significativo de orgânicos (na proporção de 23 orgânicos para a soma de 3.159 estabelecimentos). Porém, devido à não presença de movimentos socioterritoriais como MST, a cidade está uma posição atrás aos números de Franco da Rocha e Cajamar, que não são as referências agrícolas da região.

De modo geral, nota-se na RMSP a presença de algumas unidades de OCS/OPAC nos municípios das sub-regiões leste e nordeste, como Arujá, Guarulhos, Guararema, Santa Isabel, Salesópolis, Biritiba-Mirim e Suzano, indicando pequenos produtores agrícolas. Do outro lado, na sub-região oeste, onde não há estabelecimentos agrícolas (IBGE, 2006) e se concentram indústrias, registram-se algumas unidades com selos de certificadoras em Osasco, Barueri, Jandira e Itapevi indicando indústrias alimentícias. Nas

sub-regiões sudeste e sudoeste, registram-se algumas unidades de certificados e de OCS/OPAC, numa variação entre pequenos produtores e empresas. Há, por fim, relatos que indicam a presença de mais produtores orgânicos do que os números cadastrados, que não conseguiram ainda ter registro.

Vale mencionar que, consta a presença de associações de produtores orgânicos e agroecológicos que conectam pessoas de Mogi das Cruzes, de São Paulo (zona leste), Guarulhos e Juquitiba, por exemplo, como movimentos socioespaciais. Enfim, a disputa territorial na RMSP é intensa com as presenças tanto de empresas de alimentos orgânicos (na cidade de SP e na sub-região oeste), quanto de um movimento socioterritorial na conquista de terras para a produção agroecológica. Deste modo, a presença de movimentos socioespaciais e socioterritorias num conurbação como a RMSP marca a luta pela não cooptação do termo agroecologia pelo capital como ocorreu com o orgânico. “Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.” (Fernandes, 2005, p. 32).

Agroecologia nas Comunas da Terra

Conforme visto no mapa 1, na Comuna da Terra Dom Pedro há, oficialmente, 29 famílias participantes da OCS, chamada Frutos da Comuna da Terra, e na Dom Tomás tem 30 famílias na OCS, chamada Produção Saudável. Tecnicamente, a situação atual, pode ser definida como de transição agroecológica. A literatura estabelece três passos na transição: a redução e racionalização do uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos; a substituição dos insumos químicos por biológicos; o manejo da biodiversidade e o redesenho dos sistemas produtivos. Os três passos não são lineares, estão sujeitos a idas e vindas; porém, somente com o terceiro passo é que se completará a transição (EMBRAPA, 2006; Altieri, 2012; Primavesi, 2016). No caso das Comunas, não houve ainda o pleno redesenho dos sistemas produtivos em função da agroecologia.

Na Comuna Dom Tomás, houve uma separação dos assentados entre manter ou não o vínculo com o MST (Goldfarb, 2007; Raggi, 2014). Do observado em campo, há uma persistência na organização coletiva da OCS. A troca de conhecimentos e de experiências entre os moradores de uma Comuna e entre as Comunas está presente, mas poderia ser mais aproveitada. O referido método camponês a camponês (Jaime *et al,* 2013) poderia ser uma referência, pois há diferentes conhecimentos e práticas nas três Comunas e os membros das OCS buscam novos saberes. No trabalho de campo, os moradores relatavam que não usam nenhum tipo de agrotóxico. Na Comuna da Terra Irmã Alberta, o termo agroecologia era conhecido de algumas famílias; nas Comunas Dom Tomás e Dom Pedro, o termo quase não é conhecido e, quando perguntados, se referiam as suas plantações como *orgânicas* ou *naturais* por não usar agrotóxico. O trabalho de Lozano (2009) havia apontado a maior presença da agroecologia na Irmã Alberta.

Um exemplo interessante sobre o conhecimento agroecológico ocorreu na Comuna Irmã Alberta. D. Maria Alves, explicou como faz o manejo das formigas em seu sítio. Ela

mostrou que planta bananeira e abacateiro sobre os formigueiros e, assim, às vezes, consegue reduzir um ou outro sem usar veneno, mas sabe que vai reaparecer em outro lugar. Também mostrou os lugares onde planta hibisco, rosa e cedro para as formigas comerem à vontade e não atacarem a horta. Explicou que não é possível nem desejável eliminar as formigas porque elas ajudam a aerar o solo, entre outras coisas. Então, seguindo os princípios da agroecologia, é possível gerir a presença das formigas, concluiu. Entre os interlocutores de campo, D. Maria tem um conhecimento sistematizado sobre agroecologia e, com ele, ajuda os vizinhos e as outras comunas (SILVA, 2015). O equilíbrio ecológico entre as plantações, os insetos, os pássaros e outros animais ainda é uma busca entre os entrevistados.

Os sítios caracterizam-se pela forte presença de árvores frutíferas, grande parte devida ao tamanho reduzido dos lotes. Alguns moradores chamam de sistema agroflorestal. É uma tentativa de integrar, em pouco espaço, roçado e frutíferas, para promover dieta variada, para vender e para poder produzir sucos, geleias e doces. Nos lotes encontram-se de 5 a até 30 espécies diferentes de frutas; marcando-se o espectro da biodiversidade. Boa parte dos plantios são feitos de maneira consorciada, demonstrando a busca pela biodiversidade. Nesse caso, houve um resgate de conhecimentos camponeses das tradicionais roças combinando milho, feijão e mandioca junto com a formação técnica promovida por militantes do MST para outras formas consorciadas com o parreiral. Na apresentada síntese sobre a agroecologia, a busca pela biodiversidade está presente nas Comunas, mas pode aumentar porque há necessidade de compra de alimentos de fora.

É comum encontrar parreiral nos lotes dos moradores da Comuna Dom Tomás, sendo que, para alguns é a produção principal. Nas outras duas Comunas, há alguns parreirais. A assessoria técnica do MST foi responsável pela formação para o cultivo de uvas, produção de vinho e de geleia e por fornecer as mudas durante o período do início das ocupações. No cultivo das uvas, às vezes, eles usam a calda bordalesa (cal com sulfato de cobre), que é permitido nos moldes da agricultura orgânica, segundo Primavesi (2016), mas manifestam o desejo de produzir algo no próprio lote que seja mais *natural*.

As mudas de hortaliças, nas Comunas Dom Tomás e Dom Pedro, são compradas de viveiro particular de Jundiaí, que não possui certificado de orgânica, porém, ainda não produzem mudas porque não possuem estufas. As hortaliças como alface, rúcula, espinafre, acelga e chicória apresentam boa demanda externa e, por enquanto, é mais prático comprar as mudas. Em alguns casos, foi observada a pouca mão de obra nas famílias (sozinhos, idosos e doentes), que nesse caso os lotes pequenos e a forte presença de frutíferas demandariam menos trabalho. Mais uma vez, a experiência do método camponês a camponês serve como referência ao apontar para a agroecologia com sua biodiversidade como meio para reduzir a intensidade do trabalho.

Os moradores entrevistados compram boa parte de seus alimentos, como arroz, batata, tomate, que são produtos não cultivados. Além disso, precisam comprar sal, óleo, macarrão, carnes, frangos e ovos. Logicamente, que não precisam comprar frutas, legumes e hortaliças; porém, alguns declararam que não gostam muito de comer verduras.

Poucos criam galinhas ou outros animais. Em parte, isso se deve a uma origem urbana dos assentados e ao lento processo de recampesinação (Goldfarb, 2007; Raggi, 2014; Justo, 2008).

Entretanto, a dependência de compra de alimentos revela muito da força do regime alimentar dominante (McMichael, 2016) e a forma como a população está condicionada a alimentos poucos saudáveis (Carneiro *et al*, 2015). Como contraponto, Altieri (2012), ao tratar do equilíbrio ecológico da produção camponesa, leva em conta a diminuição da dependência de insumos externos. Ainda com relação à recampesinação, constatou-se a satisfação dos entrevistados em viver nos sítios, não morar mais na cidade e recuperar práticas e conhecimentos do passado familiar.

Os entrevistados reclamaram por não ter mais acesso aos programas de compras diretas, como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, de 2003 a 2017. Como a Comuna Irmã Alberta não está oficializada como assentamento, os moradores não têm acesso às políticas públicas para agricultura. As políticas do PAA, principalmente entre 2009 e 2015, foram as mais utilizadas pelos assentados do Dom Tomás e do Dom Pedro. Algumas famílias tiveram projetos do Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), entre 2009 e 2015, mas contraíram algumas dívidas por falta de melhor orientação técnica, conforme relataram. Afinal, o trabalho dos técnicos extensionistas ainda está distante das referências agroecológicas e de respeitar os conhecimentos camponeses (Caporal; Costabeber, 2004; Justo, 2008).

No Dom Tomás, alguns priorizam a produção para vender para o presídio vizinho ao assentamento, via PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social), ou para uma Cooperativa do Embu, via PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PPAIS[10], estabelecido por lei estadual de 2011, visando estimular a produção e garantir a comercialização da agricultura familiar. No mínimo 30% da verba para compra de alimentos deve ser destinado para compras da agricultura familiar, *in natura* ou manufaturado, até o limite de 12 mil reais anuais por família. As compras de frutas, verduras, legumes ou outros alimentos, serão para as refeições em órgãos públicos estaduais como hospitais, escolas, presídios, entre outros. Como apontou o relatório de Schuter (2012) não é possível agroecologia sem políticas públicas.

Dois dirigentes do setor de produção da regional da grande SP do MST decidiram fazer, pessoal e voluntariamente, o trabalho de distribuição da produção das Comunas no começo de 2017. Em setembro de 2018, conseguiram pagar o frete. Eles compram à vista dos produtores e buscam conciliar oferta e demanda. Segundo entrevista[11], as vendas totais por mês das três comunas variam em torno de 8 mil reais e podem gerar para cada família participante quase R$ 1.500, ou seja, em torno um salário mínimo e meio[12]. Porém, não há uma participação regular das famílias devido às variações sazonais.

10 Fonte: ITESP, página oficial: http://www.itesp.sp.gov.br/br/parceria.aspx

11 Entrevista com um dirigente do setor de produção da regional da grande SP do MST, realizada em setembro de 2018.

12 O salário mínimo em 2018 era de R$ 954,00.

Comercializam, deste modo, por semana, de 150 a 200 unidades (40 pés de alface, 40 de rúcula, limão etc.). Do preço ao consumidor, de 40 a 60% é a parte do produtor; de 40 a 50% é o custo de transporte; de 0 a 20% vai para um fundo coletivo. Assim, procurava-se garantir a maior parte para o produtor, mas o custo do transporte ainda era proporcionalmente alto. Fazem uma distribuição semanal ou quinzenal para: Armazém do Campo (entreposto e loja criados pelo MST no centro de SP), entidades beneficentes, grupos de consumo na Universidade de São Paulo e feiras quinzenais na zona norte e no Instituto Chão. Outros dois dirigentes da regional grande SP do MST organizaram um grupo de compras com cerca de dez famílias ligadas a uma entidade educadora no Jardim Miriam, zona sul de SP, que funciona da seguinte maneira: às segundas-feiras consultam os assentados sobre os produtos a serem colhidos e encomendam para o sábado, por exemplo. Os produtos são vendidos para cerca de 30 pessoas, entre jovens e adultos educadores e frequentadores da entidade.

Assim, constata-se um movimento socioespacial de militantes do MST, que auxiliam com a distribuição da produção e com a formação dos moradores, junto com grupos de apoiadores, que compram a produção. São, portanto, nichos de consumo diante das grandes ofertas nos supermercados de alimentos com agrotóxicos. São necessários movimentos socioterritoriais de conquista de terra para a realização da produção camponesa agroecológica e movimentos socioespaciais, como grupos de compras de produtos orgânicos, para a ampliação da produção, do consumo e da divulgação da agroecologia como sinônimo de alimento saudável e de soberania alimentar. Assim sendo, a presença das Comunas da Terra na RMSP e do Armazém do Campo na cidade são fundamentais para a visibilidade e para o fortalecimento dos movimentos socioespaciais pela agroecologia, pois seria mais difícil buscar alternativas tendo apenas a presença das grandes corporações do regime alimentar dominante (McMichael, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Comunas da Terra resultaram do movimento socioterritorial do MST de luta pela terra. Além disso, elas estão inseridas em redes que abrangem MST, funcionários públicos (INCRA e ITESP), organizações não governamentais, universidades e ativistas da agroecologia. Tais redes conectam movimentos socioespaciais agroecológicos, instituições e as Comunas, auxiliando na organização, na formação técnica e científica para a agroecologia, na regulamentação do assentamento e da produção, no acesso aos créditos e financiamentos, no escoamento da produção, na educação e na saúde. A discussão teórica sobre agroecologia, apresenta argumentos que fundamentam um sistema alimentar alternativo em relação à revolução verde e ao agronegócio.

As questões envolvidas (os pilares; a agrobiodiversidade; as práticas da agricultura camponesa; os diálogos de saberes; as lutas políticas contra a cooptação; a ação dos movimentos socioespaciais pela soberania alimentar) mostram o seu potencial como uma superação da produção agrícola capitalista (industrial, baseada em monocultivo e controlada por cinco multinacionais). Entretanto, as práticas orgânicas nas Comunas – em etapa

de transição agroecológica – sofrem as pressões do Estado, como limite das terras na Dom Pedro, a não desapropriação na Irmã Alberta e as reduzidas políticas de compras de alimentos, além de sofrerem as pressões do mercado dominante. As políticas públicas para a produção familiar camponesa agroecológica são essenciais, assim como, assessoria técnica comprometida e que dialogue com o conhecimento camponês. Na disputa pelos financiamentos públicos, vemos atualmente o agronegócio cobrar exclusividade.

Para o fortalecimento da agroecologia, há o importante aspecto da presença do movimento socioterritorial, o MST, como enfatizado no trabalho de Giraldo e Rosset (2017). Entretanto, nota-se a necessidade de maior troca de experiências e conhecimentos sobre agroecologia entre as pessoas das três Comunas, o que remete ao método de camponês a camponês (Jaime *et al*, 2013). Assim como a visão de ecossistemas também é algo a ser mais compartilhada. O ponto aqui é a busca pelo equilíbrio ecológico pela agrobiodiversidade, segundo Altieri (2012). Mesmo com todas as dificuldades, as Comunas marcaram o mapa da produção orgânica da RMSP. As conquistas de movimentos socioespaciais e socioterritoriais pela produção camponesa agroecológica são lentas.

Segundo Wittman (2015), a soberania alimentar consiste na mudança e na descentralização do poder no sistema alimentar, reduzindo a influência do regime alimentar global e corporativo e em prover fundamentos para um diverso, sustentável e democrático sistema de provisão alimentar pelo mundo. Isso inclui iniciativas locais e autônomas, como trocas de sementes, redes de treinamento camponês a camponês etc. Também são necessários, apoios de ações estatais e tomar lugar na arena de políticas globais. Na visão de Harvey (2014), o que poderá unir as lutas populares é o direito à cidade, no sentido de as classes trabalhadoras, em suas múltiplas formas de organização coletiva, reivindicarem o controle democrático da produção, da distribuição e dos bens comuns. Posto isso, acrescentamos a disputa pela soberania alimentar e nutricional como luta pelo bem comum.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. F. De. **Assentamento Irmã Alberta na Metrópole de São Paulo**. Orientador: Prof.ª Dr.ª. Neusa de Fátima Marian. 2013. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, 2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M.; HOLT-GIMENEZ, E.. Can Agroecology survive without being coopted in the Global North? **SOCLA (Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología) papers**, 2016.

BARTRA, A. **Os Novos Camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo/SP: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo/SP: Laboratório de Geografia Agrária – USP, 2017. Disponível em: https://ecotoxbrasil.org.br/upload/587ed92192e9dbe77bddffd31cbe25a7-e-book_atlas_agrot_axico_2017_larissa_bombardi.pdf. Acesso em: 20/2/2019.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**: Seção 1, Brasília/DF: Imprensa Nacional, 24 dez. 2003.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Brasília/DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos. Acesso em: 11 ago. 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (coord.). **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre/RS, 2004.

CARNEIRO, F. F. *et al* (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2015.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina**: a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006, 70p. ISBN 85-7383-364-5.

FAGGIN, J. M. **Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação**: o caso do projeto de desenvolvimento sustentável São Luiz, Cajamar – SP. Orientador: Prof.ª Dr.ª Mônica Castagna Molina. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2009.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica Para Uma Leitura Geográfica Dos Movimentos Sociais. **Revista Nera**, *[S. l.]*, n. 6, p. 24–34, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i6.1460.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **The Journal of Peasants Studies**: latest articles, Ago, 2017.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios. Orientador: Prof.ª Dr.ª Marta Inez Medeiros Marques. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo / SP, 2007.

GUZMÁN, E S. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. **Cuides – Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible**. No. 10, pp. 85-109, 2013.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São PauloSP: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006** : agricultura familiar : primeiros resultados. Brasília – DF: IBGE, 2006.

JAIME, A.; SOSA, B. M.; LOZANO, D.; ROSSET, P. **Revolução agroecológica**: de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. São Paulo /SP: Expressão Popular, 2013. 152 p. ISBN 9788577432295.

JUSTO, M. G. **A Fresta**: ex-moradores de rua num assentamento pelo MST. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

JUSTO, M. G. Agroecologia e Agricultura Urbana na Cidade de São Paulo: Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais/ Agroecology and urban agriculture in Sao Paulo city: sociospacial and socioterritorial movements/ Agroecología y agricultura urbana en la ciudad de Sao Paulo: movimientos socioespaciales y socioterritoriales. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 55, p. 218–242, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i55.6671.

LOUREIRO, I; SINGER, A., (Org.). **As Contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo/SP: Boitempo, 2016.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. *In:* LOUREIRO; I. SINGER, A. (org.). **As Contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo/SP: Boitempo, 2016.

LOZANO, M. C. **Assentamentos e Ecovila**: no caminho da agroecologia. Orientador: Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo /SP, 2009.

MATHEUS, D. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária:** A Comuna

da Terra. Trabalho de Conclusão do Curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes

Pensadores Brasileiros apresentado à Faculdade de Serviço Social – UFJF – MST 2003 55 p.

MCMICHAEL, P. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias**. Porto Alegre; São Paulo: Ed. UFRGS e Ed. Unesp, 2016.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a Arte da Agricultura**: um manifesto chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2018.

PRIMAVESI, A. **Manual do Solo Vivo**: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2016.

RAGGI, R. V. **O outro lado da Metrópole**: as Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo. Orientador: Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Zuquim. 2014. 218 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo /SP, 2014.

SCHUTTER, O. de. **A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada**. Brasília/DF: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Caderno SISAN – CAISAN/MDS – 01, 2012.

SILVA, M. A. **Práticas sociais e processos educativos de conservação e uso de sementes nativas e crioulas na Comuna da Terra Irmã Alberta.** Trabalho de conclusão de curso de especialização/residência agrária: educação do campo e agroecologia. Escola Nacional Florestan Fernandes e USP. São Paulo, 2015

STEDILE, J. P. Landless battalions – The Sem Terra Movement of Brazil. **New Left Review**. n. 15, 2002, p. 77-104.

WITTMAN, H. From protest to policy: the challenges of institutionalizing food sovereignty. **Canadian Food Studies**, vol. 2, n. 2, Set., p. 174-182, 2015. DOI: https://doi.org/10.15353/cfs-rcea.v2i2.99.

SOBRE O AUTOR

MARCELO GOMES JUSTO – Possui bacharelado em Ciências Sociais (1990), licenciatura em Ciências Sociais (1993), mestrado em Geografia Humana (2000) e doutorado em Geografia Humana (2005), sendo todas as titulações pela Universidade de São Paulo (USP). A área de especialização é geografia agrária. Tem atuação acadêmica no seguintes temas: campesinato; cultura popular; justiça social; relação campo-cidade; violência no campo; luta pela terra; MST; MTST; mediação de conflitos; desenvolvimento local sustentável; educação democrática; movimentos jovens urbanos. Foi consultor na Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA - OEA. Realizou Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL/IPPRI/UNESP com pesquisa sobre Agroecologia e Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo, de 2017 a 2018, onde foi pesquisador credenciado. Atualmente, é diretor executivo do Instituto Paul Singer.

E-mail: marcelojusto2015@gmail.com